

---

## REPENSANDO GOIANIA

---

### DA CONSTRUÇÃO

---

### AOS DIAS ATUAIS\*

---

---

---

---

Genilda D’Arc Bernardes, Leandro Bernardes Borges,  
Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira

*Resumo: o presente artigo buscou resgatar os principais aspectos que marcaram os mais de 80 anos de história da capital Goiânia e, a partir destas compreensões, analisar os novos desafios econômicos, sociais e urbanísticos impostos às atuais administrações públicas. Para isto, foi necessário acessar documentos e relatos que trazem informações sobre a construção da capital, para depois expor dados quantitativos e qualitativos, os quais, se por um lado, não destroem o mito de cidade com qualidade de vida, pelo menos ajudam a formar um enquadramento mais fidedigno do município.*

Palavras-chave: *Goiânia. Planejamento urbano. Indicadores socioeconômicos.*

#### RETHINKING GOIÂNIA FROM CONSTRUCTION TO NOWADAYS

*Abstract: this article sought to recover the main aspects that marked the more than 80 years of Goiania (Brazil) history and, from these understandings, to analyze the new economic, social and urban challenges imposed on the current public administrations. For this, it was necessary to access documents and reports that provide information about the construction of the capital, and then to expose quantitative and qualitative data, which, on one hand, do not destroy the myth of a city with quality of life, at least, contribute to build a better and reliable framework of the municipality.*

Keywords: *Goiania. Urban planning. Socioeconomic indexes.*

#### REPENSANDO GOIÂNIA DE LA CONSTRUCCIÓN A LOS DÍAS ACTUALES

*Resumen: el presente artículo buscó rescatar los principales aspectos que marcaron los más de 80 años de historia de la capital Goiânia y, a partir de estas comprensiones, analizar los nuevos desafíos económicos, sociales y urbanísticos impuestos a las actuales administraciones públicas. Para ello, fue necesario*

*acceder a documentos y relatos que traen informaciones sobre la construcción de la capital, para luego exponer datos cuantitativos y cualitativos, los cuales, si por un lado no destruyen el mito de ciudad con calidad de vida, al menos ayudan a formar un marco más fidedigno del municipio.*

Palabras clave: *Goiânia. Planificación urbana. Indicadores socioeconómicos.*

**G**oiânia é contada e recontada por jornalistas, literatos e intelectuais como uma cidade planejada, verde e com qualidade de vida. Vez por outra se encontra notícias que ressaltam problemas com mobilidade urbana, com déficit habitacional, com ocupação de áreas de risco e com o índice de desigualdade social, o qual já foi apontado como o maior índice de desigualdade social da América Latina, como referência o índice *gini*. Este artigo busca apresentar alguns indicadores que caracterizam a Goiânia de agora. O ponto de partida repõe algumas informações sobre a construção da capital, para depois expor dados que se não destrói o mito de cidade com qualidade de vida, pelo menos nos ajuda a formar um retrato da cidade.

Por intermédio do Decreto Estadual nº 2.737/1932, Pedro Ludovico Teixeira, interventor federal do então presidente do Brasil Getúlio Vargas<sup>1</sup>, criou uma comissão para escolha do local para a nova capital goiana, cujos estudos apontaram a região compreendida entre as fazendas “Botafogo”, “Criméia” e “Vaca Brava”, situadas no município do povoado de Campinas, atual bairro de Goiânia. A escolha foi oficializada por meio do Decreto Estadual nº 3.359/1933, assinado em 6 de junho de 1933 por Pedro Ludovico Teixeira, que delegou o urbanista Attilio Corrêa Lima a função de elaborar o projeto da nova capital de Goiás, sendo reformulado, a posteriori, por Armando de Godoy. Este fez algumas alterações, como o parcelamento do Setor Oeste e a reestruturação das ruas do Setor Sul. Porém, foram os irmãos Coimbra Bueno que deram seguimento à construção da cidade, reformatando-a e dimensionando o capital privado *pari passo* ao público na construção e ordenamento do espaço.

## A GOIÂNIA DA HISTÓRIA E OS DESAFIOS ATUAIS

O nome da capital adveio da iniciativa de concurso promovido pelo jornal “O Social”, sendo “Petrônia” o nome sugerido pelo concurso em homenagem ao governador Pedro Ludovico Teixeira. Embora com maior volume de votos, Pedro Ludovico preferiu escolher o nome “Goiânia”, sugerido por Alfredo de Faria Castro, que obteve menos de 10% do nome vencedor do concurso.

Em 24 de Outubro de 1933, Pedro Ludovico lançou a pedra fundamental da nova capital goiana, em local que hoje fica o Palácio das Esmeraldas.

Com a promessa de novas oportunidades e melhores condições de vida, Goiânia, em duas décadas já superava a expectativa populacional, planejada para 50 mil habitantes. A Figura 1 apresenta, em forma de cartaz, endereçado a São Paulo e Rio de Janeiro, com a promessa de oportunidades de enriquecimento com aquisição de áreas na nova capital, apresentando-a como “Grande empreendimento do Governador Dr. Pedro Ludovico Teixeira e urbanização de Attilio Corrêa Lima”.

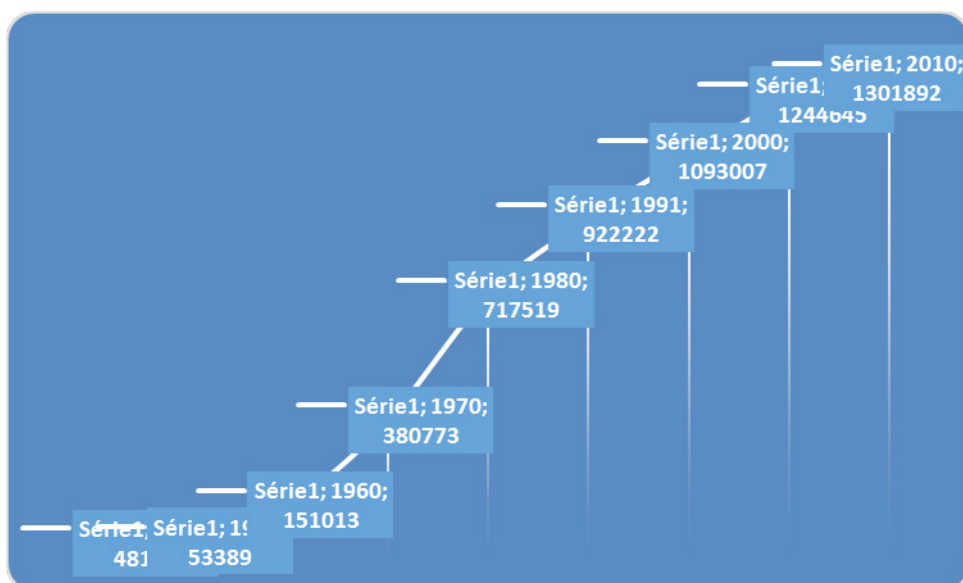


Figura 1: Cartaz anunciando vantagens para investir na nova capital.  
 Fonte: Domínio Público (2013) – Portal de Domínio Público do Governo Federal

A construção da nova capital demandava força de trabalho. Para compo-la formaram-se dois tipos de correntes migratórias: de um lado um fluxo formado por pessoal técnico qualificado, controlado diretamente pelo capital, cuja origem estava vinculado aos escritórios instalados no Rio de Janeiro e São Paulo, e inclusive alguns com conhecimento especializado foram buscado no exterior (BERNARDES, 1989). O outro fluxo foi formado “espontaneamente” por trabalhadores desempregados em sua região de moradia. Essa população provinha das mais diferentes regiões (Minas, Nordeste, Mato Grosso e inclusive interior de Goiás) em busca de trabalho. Eles chegavam em bando, sozinhos ou com suas famílias, de ônibus, cavalo ou mesmo a pé (BERNARDES, 1989), essa prática, certamente explica o fato de Goiânia ser considerada uma cidade hospitaleira, sempre aberta para aos que chegam aqui.

A partir da década de 1960 constituiu-se um novo fluxo migratório em busca de trabalho, moradia e serviços públicos em função da construção da nova Capital Federal, Brasília. Goiânia deu um salto populacional gigantesco, quase triplicando a população em uma única década (Gráfico 1).

Gráfico 1: Crescimento Populacional de Goiânia, por década.



Fonte: Censos Demográficos, IBGE (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2007 e 2010).

Nota: elaborado pelos autores.

Ao contrário do processo que vem ocorrendo em outras capitais (dispersão dos moradores para as cidades de médio porte, em busca de qualidade de vida), a população de Goiânia ainda cresce consideravelmente. Esse crescimento populacional trouxe novas demandas de ocupação/expansão territorial, tornando-se, embora muito nova, uma metrópole de grande proporção no cenário nacional.

A cidade é povoada rapidamente extrapolando os 50.000 habitantes previstos em seu plano. A figura 2 apresenta a vista aérea de Goiânia em 1966, no Setor Central, partindo da Praça Cívica mostrando as avenidas Araguaia, Goiás e Tocantins.

Não se pode negar que tal crescimento populacional, sobretudo, pela proximidade de Brasília, à época em construção, trouxe a Goiânia um cenário drástico, gerando uma cidade dispersa com problemas de infraestrutura. Porém, não podemos falar na ausência de planejamento. Pois, temos conhecimento de inúmeros projetos de planejamento da cidade, elaborado por profissionais competentes e de renome nacional, que foram “esquecidos” pelos gestores públicos.

A resposta ao crescimento desorganizado da cidade encontra-se na relação do Estado com o capital imobiliário, cujas negociações beneficiam sobremaneira o capital imobiliário, cujos conteúdos abastecem os discursos políticos dos gestores.



Figura 2: Vista área de Goiânia 1996  
Fonte: Brito (1966, p. 15).

O movimento populacional, a chegada de novos moradores, a intensa urbanização traziam novas oportunidades, em sua maioria, substancializando as estratégias político-eleitoral. Porém, amalgamando a fisionomia da cidade com o desenho de novos bairros em espaços nem sempre recomendados pelas leis urbanas de uso do solo e de risco ambiental.

A precariedade urbanística, o espraiamento da cidade, a disseminação de condomínios fechados nas periferias da cidade, as ocupações ilegais, as ocupações em áreas de risco, a desigualdade social expressam no espaço urbano e se multiplicam num ciclo de repetição nos limiares e nos meandros da cidade.



Figura 3: Prefeito Íris Rezende Machado, em 1983 no movimento (mutirão) na construção de 1000 moradias populares em Goiânia  
Fonte: Museu Zoroastro Artiaga (2013).

Como reflexo dessa política populista, Goiânia, assume um constante e crescente volume populacional e, por conseguinte, volume de ocupações territoriais<sup>1</sup>. A figura 3 exemplifica a política implementada pelo prefeito Iris Rezende Machado, em 1983, com a edificação coletiva (mutirão) na construção da Vila Mutirão, quando edificaram mil casas em um dia.

Essa iniciativa proliferou em outras cidades do Estado de Goiás e em outras cidades brasileira. Outras iniciativas como fundação de bairros e doações de lotes; aprovação de assentamentos distantes do centro urbano, em áreas de preservação ambiental são típicos nas décadas de 1970, 1980, 1990.

A Figura 1 mostra o volume de construção de bairros em Goiânia por períodos. Ressalta-se que há um grande quantitativo de construção de bairros/assentamentos (180), sem datações de origem.

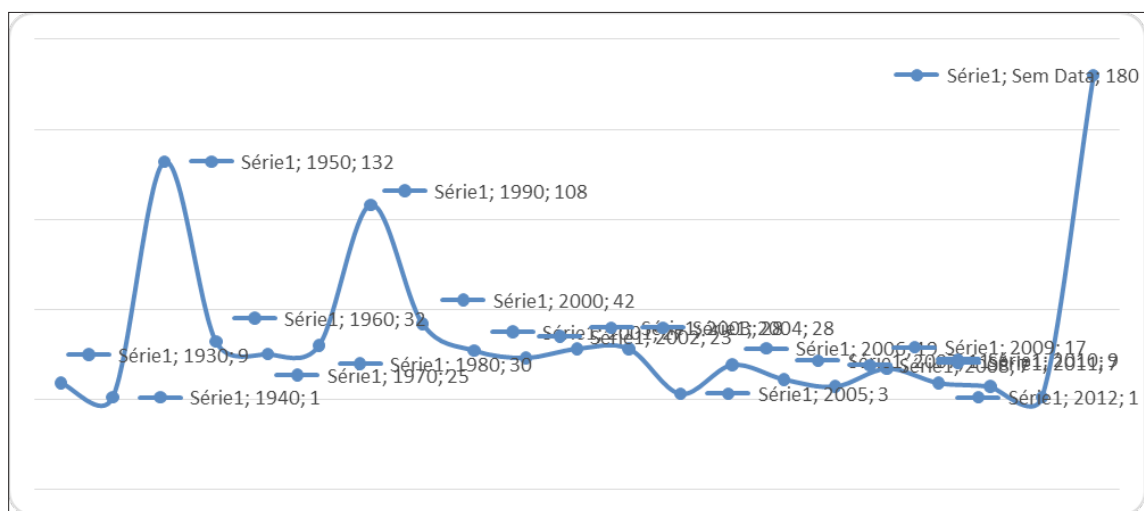


Figura 1: Gráfico Quantitativo de bairros em Goiânia, por década: de 1930 a 2012

Fonte: Prefeitura de Goiânia/ SEPLAM/ DPESE/DVCAD.

Nota: Elaborado pelos autores.

Embora não faça parte do recorte deste estudo, não se pode negar, o impacto populacional da capital goiana, ocasionando o inchaço recorrente, o crescimento e desenvolvimento econômico, bem como os problemas socio-ambientais e outros provocados nos municípios circunvizinhos. Ou seja, na Região Metropolitana de Goiânia, denominados pela Lei Municipal Complementar nº 78/2010, como Grande Goiânia, a qual é composta por Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabrantes, Caldasinha, Caturaí, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santo Antônio de Goiás, Senador Candeido, Terezópolis de Goiás e Trindade.

De acordo com Bernardes e Moysés (2003), a situação histórica da capital goiana, movida pelo sonho de melhores condições de vida e oportunidades de trabalho, teve reflexo no controle exercido pela administração municipal, quando remete o cidadão à aquisição de lotes em parcelamentos clandestinos da cidade, ou de lotes regularizados em outro espaço na Região Metropolitana de Goiânia, estes em condições de valores mais

reduzidos. No último caso, de acordo com os autores, “essa população dependente do trabalho e da rede de serviços oferecidos pela capital, passa a enfrentar longos percursos quase sempre marcados por conflitos, além de configurar no espaço da RM [Região Metropolitana] os chamados processos de conurbação”, acrescentando que “a ocupação dos municípios da RMG é, ainda, motivada pela política de criação da Rede Integrada de Transporte (tarifa única, integrada), que proporciona o acesso ao local de trabalho e aos equipamentos urbanos oferecidos pela cidade de Goiânia, aumentando a intensidade dos fluxos que ocorrem nesta região metropolitana” (BERNARDES; MOYSÉS, 2003, p. 5).

Ainda sobre a Região Metropolitana, dada à polarização de Goiânia e o crescimento populacional acelerado de ambas, de acordo com Bernardes e Moysés (2003), ocorrem variados problemas sociais na malha urbana da capital, entre outros os oriundos de municípios circunvizinhos, fato que carece de esforços conjuntos no sentido de formulações de políticas públicas e ações de ordem social.

Essa característica induz a pensar em uma população de 2.206.134 (IBGE, 2010), cujas cidades da R. M., em sua maioria, encontram-se conurbadas a Goiânia, compartilhando com a cidade problemas de mobilidade urbana, de violência, e de políticas assistenciais, seja ela de qualquer natureza.

Para constituição do cenário atual de Goiânia, o panorama apresentado trouxe um reflexo de crescimento populacional acentuado, estando entre as principais capitais brasileiras com maior crescimento na última década (IBGE, 2010). A curva populacional de Goiânia no período de 2000 a 2010 apresenta taxa média de crescimento anual de 1,77 (Desvio Padrão de 0,47), conforme apresentam os Figuras 2 e 3 seguintes.

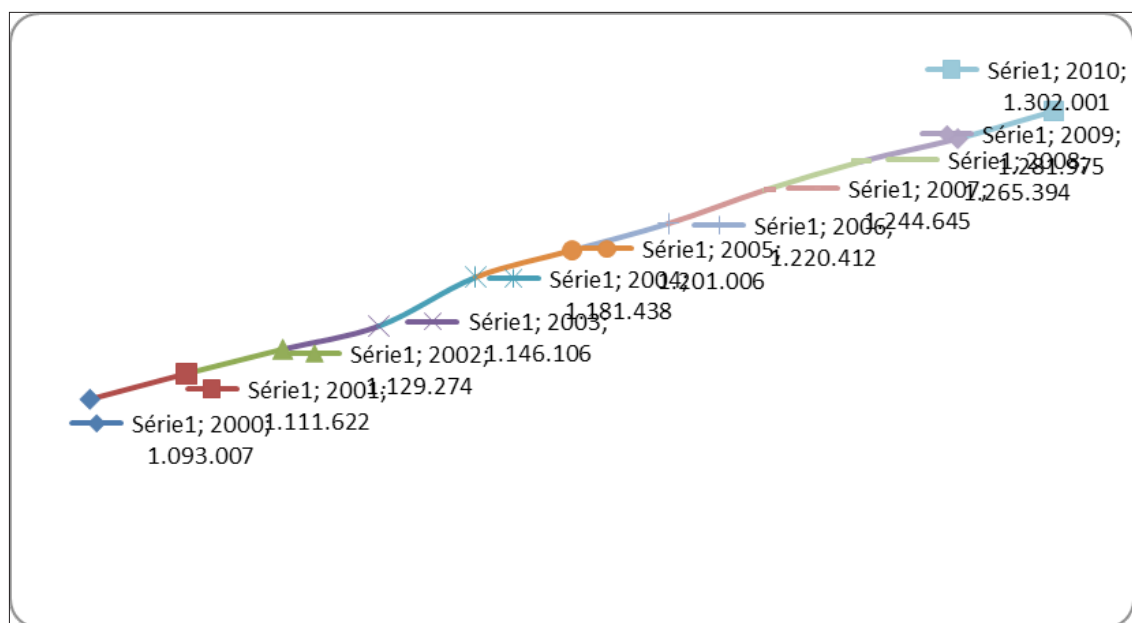


Figura 2: Gráfico do Crescimento Populacional de Goiânia, na última década

Fonte: IBGE (2010).

Nota: Elaborado pelos autores.

Observa-se no gráfico 3 um crescimento ascendente da população de Goiânia na primeira década dos anos dois mil.

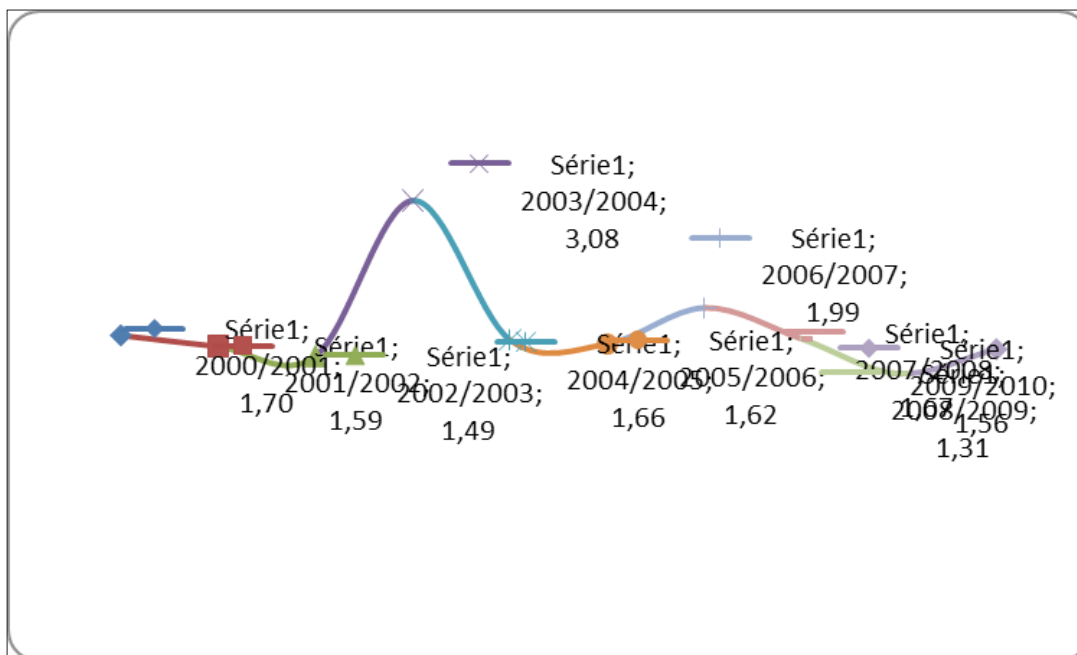


Figura 3: Gráfico da Taxa de crescimento anual da população goianiense na última década  
 Fonte: IBGE (2010).  
 Nota: Elaborado dos autores.

Em termos de distribuição, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), 99,6% da população goianiense se concentra na macrozona construída, com área de 441,399 km<sup>2</sup> e população de 1,29 milhões de habitantes (densidade de, aproximadamente, 3 mil hab/km<sup>2</sup>), enquanto 0,4% da população reside nas macrozonas rurais, com área de 279,600 km<sup>2</sup> e população de 4,92 mil habitantes (densidade de, 17,6 hab/km<sup>2</sup>).

A subdivisão da distribuição populacional de Goiânia em relação ao gênero por grupos de idade pode ser mais bem compreendida a partir da pirâmide populacional representada na Figura 4. Conforme os dados apresentados nesta figura, a população de Goiânia pode ser considerada uma população jovem. Se somarmos de 0 anos a 44 anos de idade temos 74% de mulheres e homens neste intervalo, sendo que há uma variação mínima entre a população masculina e feminina. A primeira apresenta um índice de 3,7% e a segunda 3,6%.

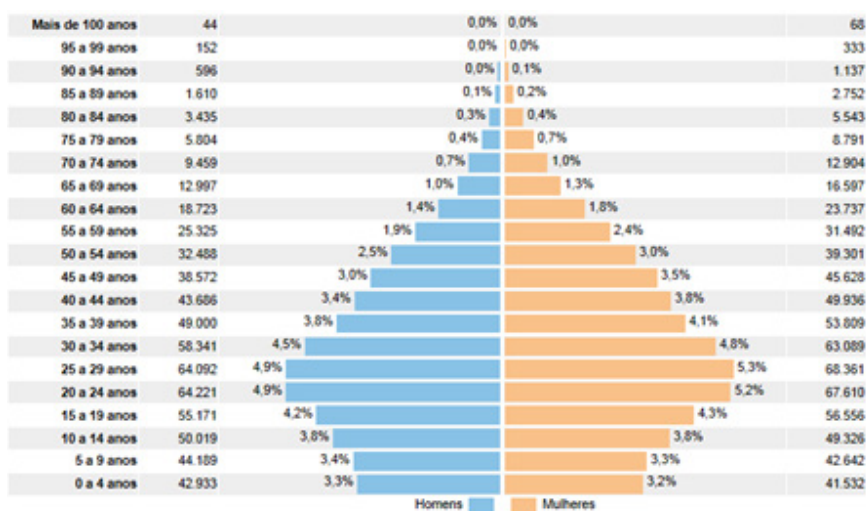


Figura 4: Distribuição da população de Goiânia por gênero e intervalo de idade  
 Fonte: IBGE (2010).



Goiânia é, atualmente, dividida em sete regiões, sendo elas: Campinas-Centro, Leste, Oeste, Norte, Nordeste, Sul e Sudoeste, cujas respectivas populações encontram-se registradas na Figura 5.

A constituição dos bairros, segundo dados da Prefeitura de Goiânia (2012) presentes na Tabela 1, se deu, como apresentado, a partir de vários motivos e cenários sócio-político. Na referida Tabela, observa-se a ausência de registro de datas para a configuração de bairros na condição de irregular, clandestino e outros, sendo estes últimos movidos pelo parcelamento de terras como chácaras e fazendas. A periferização de Goiânia, conforme afirma Bernardes e Campos (1991) se deu a partir da década de 1980 e vem intensificando ano a ano.

Apesar do *status* de Cidade Planejada, o crescimento periférico constituído no período de 1980 a 1990, como apresenta Rodrigues (2013), pode ser explicado como reflexo do crescimento desordenado e de políticas públicas inadequadas. Tal crescimento implicou em diversos problemas de ordem estrutural e social, como malha urbana descontínua, degradação dos recursos naturais, falta de infraestrutura e ampliação das invasões e ocupações irregulares, elementos que ocasionam problemas de ordem social e impactam na qualidade de vida dos cidadãos.

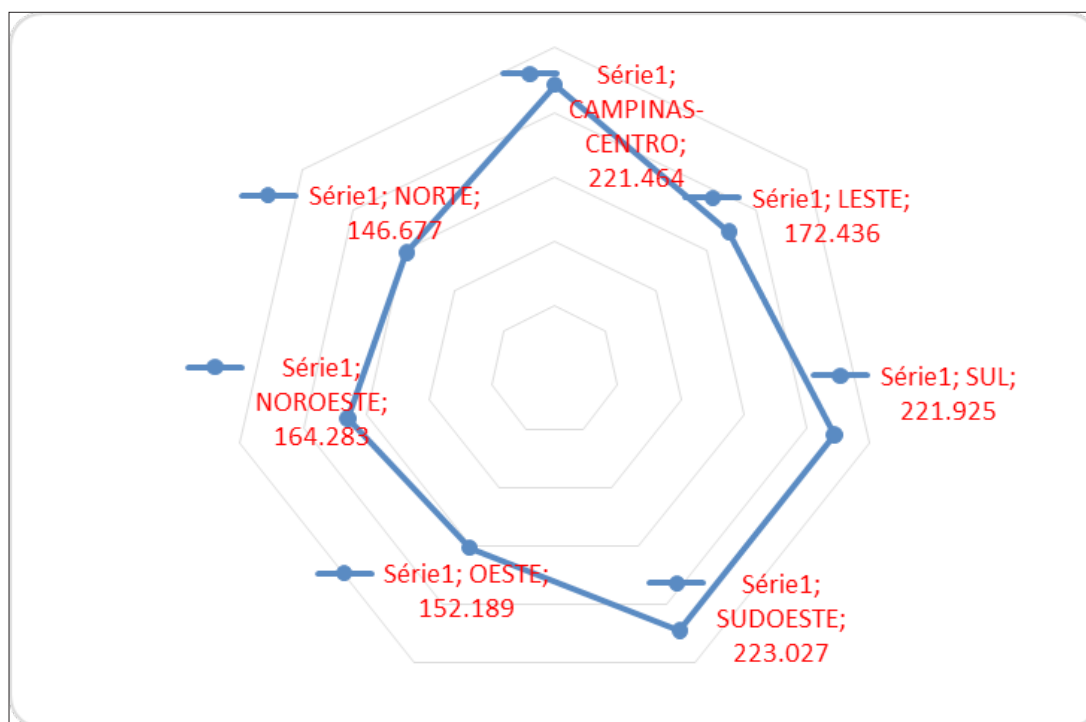


Figura 5: Gráfico da Distribuição da população de Goiânia por região  
Fonte: IBGE (2010).

Nota: Elaborado pelos autores (2013).

Não diferente, a exemplo de outras metrópoles, Goiânia “apresenta uma expansão urbana marcada por processos de auto segregação urbana (condomínios fechados horizontais) e crescentes bolsões de miséria que se localizam em seus bairros periféricos” (BERNARDES; MOYSÉS, 2003, p. 2).

Tabela 1: Situação dos bairros de Goiânia por ano de fundação

Década / Ano	Situação								
	Aprovados pela Prefeitura de Goiânia			Aprova- do pelo Estado	Aprova- do pelo INCRA	Irregular	Clandes- tino	Ou- tros*	Em Apro- vação
	Situados em Goi- ânia	Situados em Senador Canedo	Distrito de Vila Rica						
1930	8	0	0	0	1	0	0	0	0
1940	0	0	0	0	1	0	0	0	0
1950	125	0	0	1	4	1	0	1	0
1960	26	0	0	0	2	0	0	4	0
1970	22	0	0	0	1	0	0	2	0
1980	29	0	0	0	0	0	0	1	0
1990	106	0	0	0	1	1	0	0	0
2000	42	0	0	0	0	0	0	0	0
2001	27	0	0	0	0	0	0	0	0
2002	23	0	0	0	0	0	0	0	0
2003	28	0	0	0	0	0	0	0	0
2004	28	0	0	0	0	0	0	0	0
2005	3	0	0	0	0	0	0	0	0
2006	19	0	0	0	0	0	0	0	0
2007	11	0	0	0	0	0	0	0	0
2008	7	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	17	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	9	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	7	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Sem Data	14	4	1	0	30	43	27	56	5
Total	552	4	1	1	40	45	27	64	5

Fonte: Prefeitura de Goiânia/ SEPLAM/ DPESE/DVCAD

Legenda: \* fazendas, chácaras, registros cartoriais por edital

Nota: Senador Canedo foi emancipado em 09/01/88 (Lei Estadual 10.435). Abadia de Goiás foi emancipada em 27/12/95 (Lei Estadual 12.799).

Faz-se importante apresentar que, dentre os 739 bairros apontados, 557 foram aprovados pela prefeitura de Goiânia, sendo 552 estando no município de Goiânia, 4 situados no município de Senador Canedo e 1 no distrito de Vila Rica. Enquanto situação, ressalta-se que há a criação de um bairro aprovado pelo governo do estado, 40 pelo INCRA, 45 em situação irregular, 27 clandestinos, 5 em processo de aprovação e 64 categorizados como outros, sendo estes constituídos por fazendas, chácaras, registros cartoriais por edital. Ressalta-se, por questões de cômputo, que a Prefeitura de Goiânia/ SEPLAM, se utiliza de 641 bairros na apresentação de seus dados. É, também, importante observar que o IBGE e a Prefeitura de Goiânia/SEPLAM apresentam limites distintos na identificação de bairros.

Goiânia consolidou o modelo de “apartação” ou *apartheid social*, ao se constituir, historicamente, conforme apresenta Moysés e Bernardes (2004), de forma fragmentada, com o surgimento de novos assentamentos/bairros regulares e irregulares, sendo este últi-

mo mediante posse, apropriada pela parcela pobre da população, De acordo com Buarque (1994), tal constituição se apresenta pela diferença entre os ricos e quase ricos em relação aos pobres, justificando que a aceitação da miséria, que se encontra ao lado, a partir do processo de separação. É nesse processo que se dá as bolhas ou os Bolsões de miséria apresentados por Bernardes e Moysés (2003). De acordo com Moysés (2013),

Assim, os espaços ocupados na malha urbana pela população pobre, muitas vezes em áreas extremamente valorizadas, constituem verdadeiras ilhas de pobreza em meio à riqueza. Pressionada pelo processo de urbanização (custo da terra, altos aluguéis, renda insuficiente), essa população acaba tendo que se deslocar em busca de novos espaços para morar (MOYSES, 2013, p. 13).

O *apartheid social* passa a ser mais evidente a partir da construção das bolhas de moradias coletivas horizontalizadas, os luxuosos condomínios horizontais, nas periferias da cidade e RM, onde esses últimos foram empurrados pela valorização mobiliária daquele espaço, mudando a paisagem, o cenário e o conceito de periferia. Evidenciando, mais do que nunca, o contraste entre os poucos “muito ricos” e os muitos “muito pobres”. As bolhas formadas, por excelência, acabam por estourar, e é nesse processo que a violência urbana explícita – expressa por furtos/roubos/assaltos, brigas, assassinatos, dentre outros – se tornam cada vez mais presentes e rotineiras na capital goiana.

## A SITUAÇÃO URBANA ATUAL DE GOIÂNIA

Apresenta-se aqui os principais indicadores socioeconômicos da cidade, expondo elementos como trabalho/renda, educação, violência, bem como elementos estruturais como água, esgoto, iluminação, asfalto, condições de moradia, dentre outros.

Limitada, ao sul, pelo município de Aparecida de Goiânia; ao leste, pelo município de Bela Vista de Goiás; ao oeste, pelos municípios de Trindade e Goianira; e, ao norte, pelos municípios de Nerópolis, Goianira e Goianópolis, Goiânia encontra-se na Região Central do Brasil, próxima a 209 km da Capital Federal e, estrategicamente, interligada pelas principais rodovias brasileiras. Goiânia apresenta um alto índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)<sup>2</sup>, 0,8 o maior de todo estado em toda série histórica do PNUD ( Figura 6), terceiro maior de todos os municípios do Centro-Oeste brasileiro.

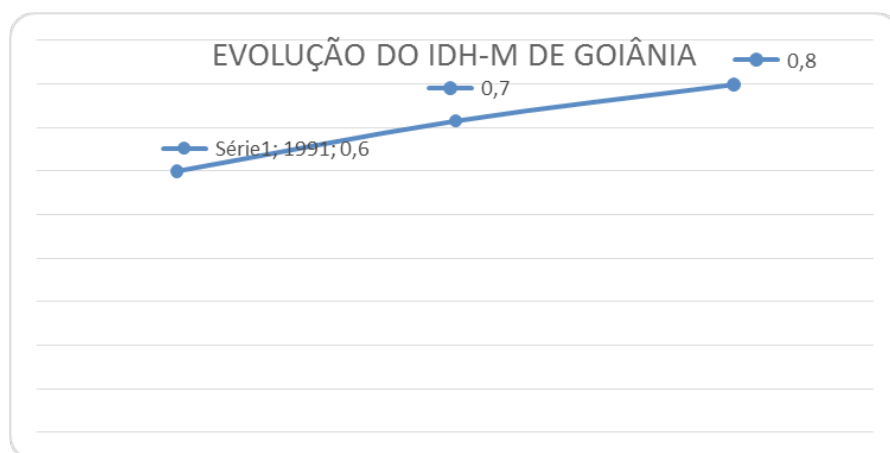


Figura 6: Gráfico da Evolução do IDH-M de Goiânia nas décadas de 1990, 2000 e 2010.

Fonte: PNUD (1991, 2000, 2010).

Nota: Elaborado pelos autores.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2010), Goiânia lidera outros indicadores em relação ao estado, tais como renda e educação: renda (IDHM-R), com 0,824, tendo como *ranking* de renda *per capita* média (RDPC) de R\$1.348,55, seguido de Jataí, com RDPC de R\$987,04; educação (IDHM-E), 0,739, tendo em segundo lugar o município de Ceres com 0,733. Porém, na dimensão longevidade, Goiânia ocupa apenas a 47ª posição com IDHM-L de 0,838, com expectativa de vida ao nascer de 75,28 anos. Nesta última dimensão, o município que lidera o ranking do Estado de Goiás é Pires do Rio, com IDHM-L de 0,880 e expectativa de vida ao nascer de 77,79 anos.

Goiânia foi eleita, por meio do Instituto Brasil América, como a capital brasileira com a melhor qualidade de vida. O resultado foi obtido por meio de cruzamento de dados das Organizações das Nações Unidas (ONU), Ministério das cidades, Meio Ambiente, Turismo, Educação e Saúde; Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); IBGE, para, então se chegar ao Índice de Qualidade de Vida.

De acordo com levantamento realizado pela Agência Municipal de Meio Ambiente (AMMA), Goiânia foi eleita a capital brasileira com maior quantitativo de áreas verdes por habitante, 94 metros quadrados por habitante (m<sup>2</sup>/hab), próxima da maior do *ranking* mundial, a cidade canadense Edmonton, com 100 m<sup>2</sup>/hab. A ONU recomenda, como área mínima, o número de 12m<sup>2</sup>/hab (DOURADO, 2013).

Dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010) mostram Goiânia como sendo a cidade brasileira com a melhor infraestrutura, de acordo com os índices de Infraestrutura Urbana no Entorno dos Domicílios. Goiânia apresenta importantes indicadores de qualidade de serviço, com atendimento de 94,1% de identificação de logradouros; 99,6% de iluminação pública; 98,1% de pavimentação; 97,5% de meio fio/guias; 89,5% de arborização, conforme se pode conferir, em nível comparativo, com a média nacional (Brasil) e com os demais municípios brasileiros. Apresentam-se dados que configuram a capital goiana como líder no quesito infraestrutura geral. No tocante aos domicílios permanentes, entre as três cidades com maiores indicadores, em porcentagem, segundo o IBGE, temos São Paulo (92,8), Curitiba (93,6) e Goiânia liderando com 94,1.

Quanto a Iluminação pública, as três cidades com maiores indicadores, em porcentagem, de domicílios particulares permanentes, têm-se Brasília (98,2), Belo Horizonte (98,9) e Goiânia 99,6. Fica em segundo lugar em pavimentação ao apresentar o índice de 98,1, enquanto Belo Horizonte 98,2 e São Paulo 97,2. Já, o índice de arborização, Goiânia supera com 99,5, a cidade de Campinas com 89,5 e Belo Horizonte com 83,0.

O índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que mede a classificação socioeconômica dos 5.564 municípios brasileiros, apresenta Goiânia na lista entre as 10 cidades com maiores indicadores de evolução socioeconômica, ocupando a sétima colocação no cenário nacional, com 0,8610 (FIRJAN, 2013). O indicador leva em consideração as categorias de Emprego e Renda, Saúde e Educação.

No quesito Emprego e Renda, Goiânia apresenta indicador de 0,9037, ocupando posição privilegiada em relação à maioria dos municípios brasileiros, estando entre os 0,5% com índice acima de 0,9.

A mobilidade urbana da capital é problemática. A quantidade de veículos motorizados tem impactado a paisagem urbana, ocasionado o entupimento das ruas e levando

os passageiros a gastarem o dobro de tempo para chegar ao seu destino. Os congestionamentos são rotineiros, principalmente nos momentos em que os cidadãos estão com mais pressa de chegar ao seu destino - hora de chegada ao trabalho e retorno ao lar. Segundo a Agência Municipal de Trânsito circulam mais de um milhão de carros na cidade de Goiânia, segundo Rede Metropolitana de Transporte Coletivo 1450 ônibus transportam mais de 600 mil passageiros. Acrescenta-se a esses números 300.000 motocicletas, brigando com os veículos motorizados, com os sinais para chegarem a seus destinos. O problema não está apenas na supersaturação do trânsito, mas no cenário de congestionamento, desrespeito, violências, acidentes e poluição de várias espécies. Os transportes nas ruas das cidades têm demonstrado ser um dos problemas mais graves para a população.

Outro indicador que merece atenção nesse momento em que Goiânia atinge 80 anos refere-se às áreas consideradas inadequadas para moradia. Essas moradias constituem um problema não só para a cidade, mas também para aqueles que se veem na condição de ocupá-las, sendo que as primeiras ocupações têm como marco o momento que se implementou a construção da cidade. No plano de Atílio Correa Lima não havia espaço para abrigar os primeiros 4000 mil trabalhadores que vieram para construir a cidade, bem como os que chegaram posteriormente com essa missão (BERNARDES, 1989). Campinas era uma cidade com uma população em torno de 4000 habitantes, portanto esses trabalhadores se viram na eminência de construíram casas de pau a pique<sup>3</sup> do outro lado do Córrego Botafogo, sem nenhuma condição de garantia de qualidade de vida. Essas habitações cresceram formando a primeira favela ou ocupação ilegal em Goiânia. Essas moradias deram origem ao atual bairro Vila Nova.

Com a edificação da cidade, e com a implantação de infra-estruturas básicas valorizaram-se do lotes e imóveis da cidade, aumentando a impossibilidade para muitos de ter a sua moradia na cidade. Essa realidade proliferou com o passar dos tempos. Porém, esta não foi a única ocupação ilegal na cidade. Pelo contrário, constitui uma prática recorrente em Goiânia. Mesmo com demolição de habitações irregulares, com a implantação de conjuntos habitacionais distantes da cidade, ou com a transposição de moradores para outras regiões, existem na cidade 189 áreas de posse<sup>4</sup> e 23 áreas de risco.

No tocante ao atendimento de rede de água, segundo o Serviço Nacional de Informações sobre saneamento básico do Ministério da Cidade (SNIS), no ano de 2011, Goiânia, com uma população 1.313.140, possui um déficit de fornecimento de água para 5.009 habitantes. Quanto ao esgoto o déficit é de 310.820 habitantes. Para a região Metropolitana com uma população de 1961.764, segundo dados de 2020 (IBGE), possui um déficit de atendimento de rede de água de 244.380, enquanto o déficit de rede de esgoto é de 1.022.116. Se tomarmos o estado de Goiás como referência, com os mesmo indicadores, vamos ter uma população de 5.095.640 que possui déficit de água de 985.076. No tocante a rede esgoto Goiás atende 2.365.395 moradores e apresenta um déficit 375.317 moradores que não possuem acesso a rede de esgoto.

A Saúde também é problemática. O indicador calculado de Goiânia, a partir do mesmo princípio metodológico, apresentou um índice de 0,8950, ocupando a 988ª posição entre as 5.564 cidades pesquisadas, na composição dos 53,5% das cidades com indicadores iguais ou superiores a 0,8.

O terceiro quesito analisado pelo indicador geral da Firjan, a Educação apresenta Goiânia numa posição não tão privilegiada quanto às demais, estando a capital apenas na 2084ª posição em nível nacional. O indicador geral para o item foi de 0,7844, estando em conjunto com 64,7% das cidades que ocupam indicador maior que 0,7.

Em Goiânia, o Produto Interno Bruto (PIB) é composto pelos segmentos de serviços, indústria e agropecuária, a partir da proporção expressa na Figura 7 podemos compreender a sua realidade.

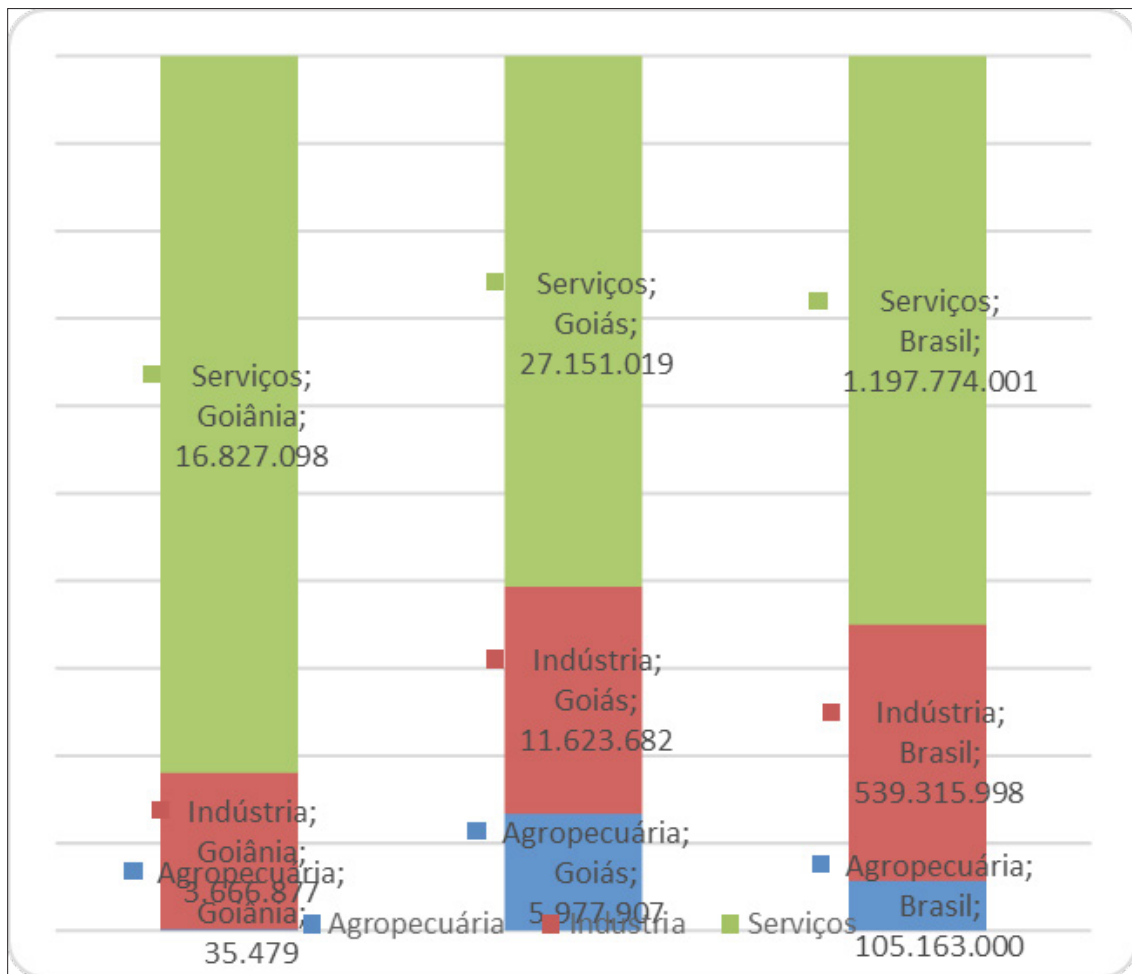


Figura 7: Gráfico da Composição do Produto Interno Bruto de Goiânia em Relação a Goiás e Brasil

Fonte: IBGE (2010)

Nota: Elaborado pelos autores.

Para compreender quais áreas ou setores apresentaram maior nível de empregabilidade, organizaram-se os dados, no período de 2005 a 2010, partindo do quadro de admitidos e desligados, calculando, pela diferença, o saldo anual em número de empregos gerados. Assim sendo, obteve-se a média aritmética entre os saldos, por área. O Gráfico 8 apresenta a distribuição média do saldo de emprego por área.

Com relação às atividades de maior impacto no saldo de empregabilidade, apresenta-se, na Figura seguinte, a série histórica, no período de 2005 a 2010, dos setores de Atividades Econômicas, de Serviço e Construção Civil, responsáveis pelo maior volume de empregabilidade em Goiânia.

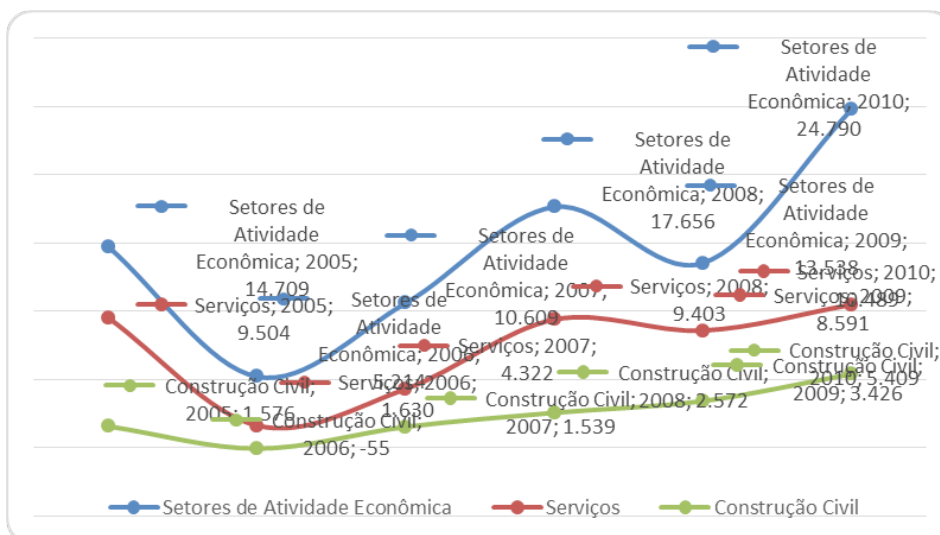


Figura 8: Gráfico do Saldo de emprego entre admitidos e desligados das três principais atividades de Goiânia no período de 2005 a 2010

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – CAGED, período de 2005 a 2010.

Nota: Elaborado pelos autores (2013).

Para atendimento à população da Região Metropolitana e de pessoas advindas de outros estados, prática frequente, Goiânia conta com 2624 estabelecimentos de saúde, cuja concentração massiva tem como referência instituições privadas, representando 93,1% do volume de estabelecimentos presentes na capital.

Destaca-se a representatividade dos consultórios isolados enquanto modelo adotado na tipologia de estabelecimento em Goiânia, isoladamente, 54,5%, dos atendimentos. Somando-se a estas clínicas especializadas/ambulatórios de especialidade e as unidades de apoio diagnose e terapia (SADT isolado) têm-se a cobertura de 85,5% dos serviços de saúde prestados em Goiânia.

Em termos comparativos dos tipos de instituições com distribuição nas sete regiões de Goiânia, observa-se a concentração no Distrito Sanitário Campinas Centro, com presença exclusiva, em Função da Universidade Federal de Goiás, dos serviços em nível Federal e expressivo em nível estadual. Em nível municipal, observa-se distribuição mais equânime. Ressalta-se que, embora empiricamente se saiba da concentração da rede privada na Região Campinas/ Centro, os dados não se encontram disponibilizados nas fontes consultadas.

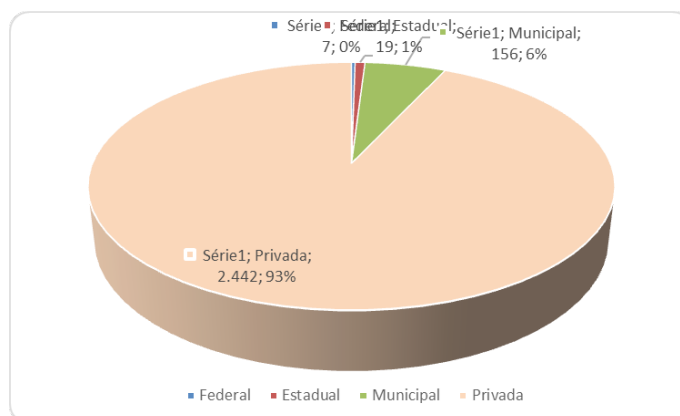


Figura 9: Gráfico do Estabelecimento de saúde de Goiânia por tipos de instituições

Fonte: Ministério da Saúde.

Nota: Elaborado pelos autores.

As informações expostas levam-nos a inferir que, em função das grandes demandas nas unidades de saúde dos bairros, o atendimento da população das demais regiões que não a de Campinas Centro, em grande parte, depende de deslocamentos dos moradores. De acordo com a base de dados dos Indicadores de Saúde com Resultados Passíveis de Apuração Quadrimestral pelos Sistemas Nacionais de Informação (DATASUS, 2013), Goiânia apresenta 54,25% de cobertura pelas equipes de Atenção Básica. Desconsiderando o tipo de instituição, mais o atendimento realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), nestes estabelecimentos, com atendimento limitado à especialidade, cerca de 28% serão atendidos, enquanto que os demais deverão recorrer a planos de saúde ou arcar com as despesas por meio de consultas particulares.

Os problemas na área de saúde, principalmente pelo modelo privado adotado pelo município de Goiânia, são pontos recorrentes de reclamações por parte da população. Para que um atendimento mais urgente seja feito é necessário, antes, que o cidadão que carece de tal atendimento seja avaliado pelo médico local, ou seja, da região em que mora. Ressalta-se que os hospitais com estrutura de atendimento de maior complexidade concentram-se na região Campinas Centro.

Ao se calcular a razão entre o número de unidades de saúde disponível (levando em consideração os tipos de instituição) com a população de cada região, obtém um indicador relativo ao número de unidades de saúde por cada dez mil habitantes, excetuando, em nosso cálculo, a Região Campinas Centro, em função da falta de dados sobre a rede privada: Região Leste, 1,3497; Região Sul, 0,9828; Região Sudoeste, 1,0562; Região Oeste, 1,4556; Região Noroeste, 1,7947; Região Norte, 1,2018. As inúmeras filas, precariedade de estrutura nas unidades locais de saúde, aliado a insuficiência de profissionais para atendimento às demandas são as principais fontes de reclamação não só por parte da população, como também dos profissionais da área de saúde. A esse respeito, de acordo com o presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (CREMEGO), em artigo publicado na página eletrônica institucional sob o título “Caos na saúde pública”, critica a estrutura da saúde pública disponibilizada, a ineficiência do sistema, as condições de trabalho, a escassez de materiais e, como consequência, a qualidade do atendimento.

Embora os dados do Firjan apresentem Goiânia como uma cidade com boa qualidade em saúde pública, tais percepções, avaliadas para além de indicadores standardizados, podem nos conduzir a outras leituras acerca da mesma temática.

Sobre o último aspecto apresentado pela Firjan na composição do indicador sobre classificação socioeconômica dos municípios brasileiros, em educação, Goiânia apresenta um baixo resultado, 2084ª posição, levando em consideração ter a 10ª maior economia brasileira. Os dados complementares aos indicadores da Firjan (2013) são relevantes para a compreensão desse cenário.

Quanto ao tipo de instituição, das 1079 escolas presentes em Goiânia, 31,4% são da rede municipal de educação; 16,2%, da rede estadual; 0,3% da rede federal; e 52,1% (maior valor) da rede privada.

Segundo cálculos, o número de docentes por escolas tem-se em valores médios, na Educação Infantil, relação entre 3,8 professores por escola; no Ensino Fundamental,



17,4 professores por escola; no Ensino Médio, 20,5 professores por escola. No tocante ao número de alunos por docente, em termos médios, na Educação Infantil a relação é de 14,1 alunos por professor; no Ensino Fundamental, 19,8 alunos por professor; no Ensino Médio, a relação é 19,9 alunos por professor.

Fazendo a relação do número de docentes por rede escolar, obtém-se equilíbrio entre as escolas municipais (3,8 docente por escola) e privadas (3,9 docentes por escola). No Ensino Médio, o volume maior de professores por escola, cabe a rede pública federal (56 docentes por escola), seguido da rede municipal (22,8 docentes por escola). No Ensino médio, a rede pública federal lidera esse indicador (com 90 docentes por escola), seguido da rede pública estadual (com 25,5 docentes por escola).

Na relação entre o número de alunos matriculados e docentes por rede escolar, obtém-se, na Educação Infantil, a liderança da esfera estadual, com proporção de 29 alunos por docente, seguido da rede privada com 15,7 alunos por docente. No Ensino Fundamental, a rede municipal é quem apresenta a maior proporção, com 21 alunos por docentes, seguido das redes estadual (19,3), e privada (18,9). No Ensino Médio, a maior relação fica com a rede pública estadual, com 23,5 alunos por docente, seguido da rede privada com 16,5 alunos por docente.

Estudo das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) apresenta Goiânia como a 10ª cidade mais desigual do mundo e como a 1ª da América Latina (JUNQUEIRA, 2013; ASCOM, 2013). Essas informações podem ser levantadas pelo coeficiente de Gini<sup>5</sup>, que constitui o índice de distribuição do rendimento mensal de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho por sexo segundo a unidade da federação. O índice de Gini de Goiânia em 2011 foi de 0,65, enquanto que o do Brasil é de 0,54, o de Goiás é de 0,46 e o da Região Metropolitana é de 0,65 para o mesmo período.

Uma relação direta que se pode fazer com a questão das desigualdades sociais, distância entre os mais ricos e os mais pobres, é a violência. Nesse quesito, Goiânia aparece em destaque em mais um *ranking* mundial. De acordo com Lopes (2013), Goiânia aparece listada em ranking internacional como sendo a 40ª cidade mais violenta do mundo.

*Na mesma fonte citada anteriormente, em todo o Estado, no ano de 2011, de 2.214 mortos, 1.665 são negros assassinados, número que representa mais de 75% do total de número de mortes. Em agosto de 2013, já totalizam 1689 mortes violentas. Desses, em sua maioria, negros, pobres, numa demonstração da situação excludente da educação, do mercado de trabalho, das políticas públicas em geral em que vivemos, bem como a aproximação destes com os grupos de tráfico de drogas. Dos 900 moradores de rua, em 2013, o número de assassinados já passa a casa dos 30. Em Goiânia, já totalizam 377 casos de morte violenta apresentando um índice de 7% a mais que o ano de 2012 no mesmo período.*

As questões que norteiam este artigo referem-se a avaliar a qualidade de vida proporcionada pela cidade de Goiânia. A concepção é de que essa prática atue de forma integradora, tornando o indivíduo mais criativo, ético, histórico, crítico, reflexivo, transformador e humanizado ao vivenciar novas descobertas em vários campos, inclusive, percebendo realidades externas ao contexto de seu cotidiano. Esse indivíduo ao

perceber a realidade de modo holístico tende a conceber o meio ambiente a partir de novos prismas, no sentido de valorização, respeito, conexão, diversidade e consciência (BERNARDES, 2012).

Segundo esse prisma epistemológico, para se ter uma cidade saudável não basta atuar de modo fragmentário nas fragilidades apresentadas pelo ambiente urbano controlando a poluição, ou atuando na mobilidade urbana, por exemplo. É necessário “ambiente físico limpo e seguro, um ecossistema estável e sustentável, alto suporte social, sem exploração, alto grau de participação social, necessidades básicas satisfeitas, acesso a experiências, recursos, contatos, interações e comunicações; economia local diversificada e inovativa, orgulho e respeito pela herança biológica e cultural, serviços de saúde acessíveis a todos e alto nível de saúde” (OMS, 1995).

Teixeira e Costa (2003) acrescentam à concepção de cidades saudáveis as dimensões de justiça social, de sistemas de produção sustentáveis, de redução de consumo, de acesso universal aos sistemas de atenção à saúde, mas também de sistemas de vigilância em saúde, epidemiológica, sanitária e saúde ambiental, articulando políticas intersetoriais e ações sociais para a melhoria de condições de vida da população. Outros estudos foram elaborados a partir de 1970, buscando compreender a qualidade de vida como o alcance do prazer e da satisfação (MINAYO; HARTZ; BUSS, 2000); (HERCULANO, 1998), entre outros autores que trabalham a temática. Destacam-se, ainda os estudos de órgãos governamentais como ONU, IDH, IDHM e outros.

Entendemos que qualificar Goiânia como saudável e com qualidade de vida socioambiental necessitaria de estudos que considerasse o desenvolvimento local, integrado e sustentável, utilizando-se não só de indicadores socioeconômicos, mas também dos culturais, políticos e ambientais. Não avançamos tanto nesses parâmetros, portanto qualquer avaliação nesse sentido mostraria insuficiente. Entretanto, consideramos que os indicadores socioeconômicos permitem uma estimativa considerável da qualidade de vida dos goianienses.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste mês de outubro a cidade encontra-se em festa. Goiânia comemora os seus 80 anos, atingindo a sua maior idade. Entretanto, se comparada com outras cidades brasileiras Goiânia, ainda é uma criança, elogiada pela qualidade de vida proporcionada aos seus moradores, porém não podemos desconsiderar os problemas cotidianos já abordados.

*Pari passu*, a violência urbana em Goiânia pode ser justificada sob muitos ângulos, dentre os quais se destacam as políticas assistencialistas promovidas por sucessivos governos tanto em nível municipal, quanto em nível estadual que impulsionaram o processo migratório, sob promessa de melhores condições de acesso aos equipamentos públicos, a oportunidade de trabalho e, por conseguinte, melhores condições de vida; as desigualdades latentes de oportunidades de vida e trabalho, reforçadas pela má, para não dizer péssima, distribuição de renda; as precárias condições de moradia, alocadas em espaços inadequados de sanidade, com presença de lixo e esgoto, proliferando doenças; a falta de acesso ou mesmo atenção à saúde e educação, além de outros.

Segundo os dados do Atlas do Censo Demográfico 2010 (IBGE) as cidades que mais atraem migrantes são Goiânia e Brasília, por ambas apresentarem o maior percentual de pessoas ocupadas nas regiões do Brasil. Para essas cidades destinam pessoas não qualificadas, mas também especialistas interessadas na dinâmica econômica da região. O reverso dessa dinâmica populacional são os desafios criados no espaço urbano: expansão urbana desordenada; crescimento horizontal esparsos; incidência muito forte do capital imobiliário; mobilidade precária; processo desenfreado de conurbação e alto índice de violência.

As informações sobre a cidade de Goiânia, ao mesmo tempo, que nos deixa orgulhosos com sua fisionomia exitosa, também nos alarma com os indicadores apresentados. E nos perguntamos: Quais as saídas para tal cenário? Até que ponto a obrigatoriedade de elaborar Planos diretores para coordenar o crescimento da cidade, tendo como metas estratégicas crescimento desejável que garanta a qualidade de vida para todos os moradores da cidade? O plano diretor participativo, conforme orientado e exigido pelo Ministério a Cidade não conseguiu alcançar o previsto.

Muito pelo contrário. Nos meados de agosto e setembro deste ano, testemunhou-se o imbróglio sobre a aprovação da renovação do Plano Diretor na Câmara Municipal. Embora, com a participação de organizações interessadas por sustentabilidade urbana, a Câmara de Vereadores aprovou alterações que ocasionarão graves problemas para a cidade, como construção de grandes projetos, hospitais, shopping, estádio, fábricas, indústrias em locais não apropriados, no anel viário, nas grandes avenidas, e em locais onde se localizam os principais mananciais de águas; e regiões onde ainda condensam grandes áreas verdes. Todas essas ações constituem possibilidades de deterioração da qualidade de vida da população. Mesmo assim, o Prefeito fez questão de sancionar o projeto em poucas horas para não deixar brechas à qualquer instituição “desavisada” que queira intervir no PD. Graças à intervenção do Ministério Público revogando a aprovação, temos pelo menos a expectativa de revogar as mudanças prejudiciais ao meio ambiente.

Como pensar em Plano Diretor para uma cidade com a extensão e a conurbação com os municípios de sua Região metropolitana. No caso seria viável a elaboração de Macroplanos, ou de Planejamentos Regionais. Não importa aqui o nome que se dê a esse projeto, mas à possibilidade de pensar a cidade e sua região numa perspectiva mais holística, cuja intervenção no urbano se faça a partir de projetos integrados, com normas rigorosas de intervenção, que respeite a participação da população não só no momento da sua elaboração, mas também no tocante às suas modificações. Enfim, que todas as ações no espaço urbano revertam em qualidade de vida para seus moradores.

Pretendeu-se, ainda, com o presente artigo, apresentar algumas “Goiânias” concebidas, por um lado, por indicadores estandardizados e percebidas, por outro, por resultado de estudos e pesquisas e pelos meios de comunicação. A apresentação de outras “Goiânias” retornará num próximo momento, porém sob outra ótica, a dos atores sociais, denominados por nós como lideranças de bairros, sujeitos que vivem a cidade.

## Notas

- 1 Bairros fundados, principalmente na região Noroeste da cidade: Vila Mutirão, Curitiba, Bairro Vitória.
- 2 Desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, é um indicador que leva em consideração três importantes áreas do desenvolvimento humano, sendo elas longevidade humana, educação e renda. O índice varia de zero (pior desenvolvimento humano possível) a 1 (melhor desenvolvimento humano possível).
- 3 Casa de pau a pique constitui uma habitação de troncos de árvores roliços, cobertos de palha, muito comum nas habitações de fazendas.
- 4 Dados de 2002 – fornecidos pela Secretaria de Obras do Município (SOM)
- 5 No cálculo de Gini, quanto mais o coeficiente aproxima-se de 1,0 maior a desigualdade social.

## Referências

- ASCOM/UFG. *Goiânia, a cidade mais desigual: estudo da ONU aponta a capital como a cidade da América Latina com a maior concentração de renda*. Disponível em: <<http://www.ascom.ufg.br/pages/38771>>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- BERNARDES, Genilda D’Arc. *Construtores de Goiânia: o cotidiano do mundo do trabalho*. Dissertação. Mestrado (Ciências Sociais) - São Paulo: Pontifícia Universidade de São Paulo, 1989.
- BERNARDES, Genilda D’Arc; MOYSÉS, Aristides. *Segregação urbana e desigualdade social: estado, mercado imobiliário e dinâmica socioespacial espacial*. XXVII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS. Caxambu (MG): 21 a 25 de outubro de 2003.
- BERNARDES, Genilda; CAMPOS, Francisco Itami. Goiânia: sociabilidade na periferia. *Ciências Humanas em Revista, Goiânia*, v. 2, n. 1, 1991.
- BERNARDES, G. D.; TEIXEIRA, R. A. G. Ser ou não ser interdisciplinar: experiência com o programa de mestrado em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente. In: BERNARDES, G.; TEIXEIRA, R.A.G.; PRADO, R.M. *Entre lugares: espaços interdisciplinares em sociedade, tecnologia e meio ambiente*. Goiânia: Ed. América, 2012. p. 19-22.
- BUARQUE, Cristovam. *O que é Apartheid: o apartheid social no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos. 3ª edição, 1994.
- CNES – DATASUS. *Indicadores de Saúde com Resultados Passíveis de Apuração Quadrimestral pelos Sistemas Nacionais de Informação – 2013, Goiás*. Disponível em: <<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe? pacto/2013Mon/cnv/monitgo.def>>. Acesso em: 15 set. 2013.
- CNES – DATASUS. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/>>. Acesso em: 02 out. 2013.
- DOURADO, Raquel. A capital mais verde do Brasil. *Revista Ecológica: ambientalismo com charme, beleza e respeito mútuo*, 2010. Disponível em: <<http://www.revistaecologica.com/edicao-5-ano-ii/a-capital-mais-verde-do-brasil>>. Acesso em: 20 ago. 2013.
- FIRJAN – Federação das Indústrias do Rio de Janeiro. *Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal – IFDM*. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br>>. Acesso em: 03 set. 2013.
- HERCULANO, Selene. A qualidade de vida e seus indicadores. *Ambiente e Sociedade*, Ano I, n. 02, p.77-101, 1998.
- IPEA/IBGE/NESUR-IE-UNICAMP. *Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*, Campinas: IE-Unicamp (2 vols), 1999.
- JUNQUEIRA, Alfredo. *Goiânia é a cidade mais desigual do Brasil: ONU revela que 5 capitais brasileiras têm grande diferença entre ricos e pobres*. Jornal Estadão. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,goiania-e-a-cidade-mais-desigual-do-brasil,526930,0.htm>>. Acesso em: 12 set. 2013.
- LOPES, Roberta. *Das 50 cidades mais violentas do mundo, 14 são brasileiras, diz estudo de ONG mexicana*. Agência Brasil. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2012-01-13/das-50-cidades-mais-violentas-do-mundo-14-sao-brasileiras-diz-estudo-de-ong-mexicana>>. Acesso em: 12 set. 2013.
- MINAYO, M. C. de S.; HARTZ, Z. M. de A.; BUSS, P. M. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, v. 05, n. 01, p. 1-16, 2000.
- MOYSÉS, Aristides. *A Produção de Territórios Segregados na Região Noroeste de Goiânia: uma leitura sócio-política*. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetropoles.ufjf.br/download/arimoyeses\\_tersegreg.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufjf.br/download/arimoyeses_tersegreg.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2013.
- MOYSÉS, Aristides. *Contradições de uma cidade planejada no Planalto Central Brasileiro: Segregação Sócio - Territorial em Goiânia*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PUC/SP, 2001.
- PREFEITURA DE GOIÂNIA. *Goiânia recebe o título de melhor cidade em qualidade de vida do país*. Disponível em: <[prefeitura-goiania-go.jusbrasil.com.br/](http://prefeitura-goiania-go.jusbrasil.com.br/)>. Acesso em: 25 ago. 2013.
- RODRIGUES FILHO, Salomão. Caos na saúde Pública. Disponível em: <[http://www.cremego.cfm.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25634:caos-na-saude-publica&catid=46:publi...](http://www.cremego.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25634:caos-na-saude-publica&catid=46:publi...)>. Acesso em: 12 set. 2013.

RODRIGUES, Juciano Martins. *Dinâmica populacional de Goiânia: o crescimento das regiões na década de 1990*. Disponível em: <[http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj8/05.htm#\\_ftn2](http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj8/05.htm#_ftn2)>. Acesso em: 22 ago. 2013.

TEIXEIRA, Carmen Fontes; COSTA, Ediná Alves. *Vigilância da saúde e vigilância sanitária: concepções, Estratégias e práticas*. 20.º *Seminário Temático da Agência Nacional de Vigilância Sanitária*, Brasília, 2003. Disponível em <[http://www.anvisa.gov.br/institucional/snvs/coprh/seminario/semin\\_20.pdf](http://www.anvisa.gov.br/institucional/snvs/coprh/seminario/semin_20.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2009.

\* Recebido em: 02.07.2017. Aprovado em: 17.07.2017. Texto apresentado no Seminário “Goiânia 80 anos”, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Goiás (IHGG).

#### GENILDA D’ARC BERNARDES

Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (1978), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1989) doutorado em Sociologia pela Universidade de Brasília (1999) Pós-Doutorado em Geografia pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (2014). Professora aposentada da Universidade Federal de Goiás. E-mail: genilda@hotmail.com

#### LEANDRO BERNARDES BORGES

Graduação em Relações Internacionais pela PUC de Goiás (2003), MBA em Gestão Ambiental pelo IPOG (2010) e mestrado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2008). Atualmente é professor de pós-graduação pela Uni-Anhanguera e de graduação pela PUC Goiás e FANAP, com ênfase nas áreas de Comércio Exterior e Logística Internacional. Também atua como diretor administrativo do instituto Ágora Pesquisas, realizando pesquisas de opinião pública, consultoria municipal nas áreas de habitação de interesse social, saneamento participativo e projetos de turismo. E-mail: leandrouri@hotmail.com

#### RICARDO ANTÔNIO GONÇALVES TEIXEIRA

Licenciado em Matemática e Pedagogia e Bacharel em Administração. Tem Pós-Graduação lato sensu em Administração Escolar; Mestrado e Doutorado na área de Educação. É professor desde 1988, atuando nas redes públicas federal, estadual, municipal e privada no Ensino Fundamental, Médio e Superior, com experiência na área de Educação Matemática, Educação inclusiva, Tecnologias Educacionais e Tecnologias Assistivas. Atualmente é professor adjunto da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. FE/UFG e docente permanente do Programa de Mestrado em Saúde Coletiva da UFG. Foi professor de escolas do Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II e Ensino Médio, além de docente do Instituto de Matemática e Estatística. IME/UFG, da PUC-GO, UEG e outras IES em Goiás. E-mail: professorricardoteixeira@gmail.com